

ANTÓNIO JOSÉ VILELA

OS CÓDIGOS E AS OPERAÇÕES DOS ESPIÕES PORTUGUESES

O recrutamento • Os treinos • As técnicas • Os informadores
Os casos desconhecidos dos agentes que atuam na sombra

a esfera  dos livros

ÍNDICE

Prólogo.....	13
CAPÍTULO I – Os Serviços de Informações	25
1. As regras: o conde francês, a colega bisbilhoteira da loja da Baixa e o espião com bom senso.....	25
2. O recrutamento: os abonadores, o bar de <i>strip</i> e a candidata com ligações às FP-25 de Abril.....	28
3. Os treinos: as vigilâncias no Metro e no Centro Comercial Colombo, a CIA e os nomes de código	32
4. As missões: as aulas da atriz Glória de Matos, os alvos e os perigos da armadilha amorosa do KGB.....	38
5. A informação: as escalas de confiança dos serviços secretos, os pagamentos e o ex-ministro Miguel Relvas.....	46
6. Os escolhidos: as cunhas da Miuzela e os filhos espiões de juizes, polícias, militares e diplomatas	52
7. As sedes: a segurança dos <i>bunkers</i> do SIS e do SIED, as dívidas e os agentes sem passe dos transportes	60
8. As identidades: a visita de Muammar Kadhafi, o carro-bomba e as vigilâncias à UDP e à CGTP.....	72
9. As antenas: a segurança nas viagens, o nosso homem na China e o espião que falhou a revolução no Egito	80
CAPÍTULO II – As Operações	87
1. A vida dos espiões da CIA em Portugal e o banqueiro que queria fazer negócios com o Irão	87

2. Os pregadores islâmicos do Tablighi Jamaat, o agente infiltrado e o esquema de financiamento <i>hawala</i>	92
3. O dinheiro da Al-Qaeda em Lisboa, a Fundação Aga Khan e o rasto dos passaportes desaparecidos.....	99
4. A vigilância ao terrorista Amine e o vendedor de panelas de pressão da Charneca de Caparica.....	103
5. O perigoso Nouredine El Fatmi, o ataque ao Euro 2004 e a fuga do mafioso da Camorra.....	107
6. Os atentados de Londres, os telefonemas suspeitos de Viseu e a ameaça jihadista no McDonald's do Rossio....	112
7. A casa-segura, o agente indiscreto e os sírios de Guantánamo que gostavam de <i>wrestling</i>	117
8. A N'drangheta, os restaurantes e as imobiliárias portuguesas que afinal não eram da Máfia calabresa.....	124
9. O poder da secreta angolana em Lisboa e os espões infiltrados na comitiva de José Eduardo dos Santos.....	130
10. A operação Nairobi, o telefone de Xanana e as revoltas na Guiné que (não) esperaram pelos espões portugueses ...	135
11. Os negócios angolanos sob vigilância e a burla milionária que trouxe os espões do Sinfo a Portugal.....	140
12. O espão chinês da Universidade de Aveiro, as toupeiras telefónicas e o misterioso ex-agente muito aborrecido.....	151
CAPÍTULO III – Os Espões.....	161
1. O lobista, as vigilâncias a políticos e empresários e o agente do SIED sob suspeita.....	161
2. O estranho mundo de Leopoldo, o maçom indesejado no SIS e o sonho do juiz Carlos Alexandre.....	168
3. O espão afastado do SIS que acabou sob fogo na revolução líbia.....	172
4. O diretor da secreta caído em desgraça e a guerra universitária para formar espões de Angola.....	178
5. O oficial de informações vaidoso, o discreto rival das operações e o pai burlão.....	184
6. O homem de negócios, a armadilha caseira e os traficantes de armas irlandeses apanhados no Algarve.....	191
7. O agente perseguido, os <i>chats</i> de encontros e a estranha loira de Évora.....	196

8. Os chefes do SIS, a intrusão russa e o labirinto de segredos dos vistos <i>gold</i>	201
9. As revelações do fiscal, o ombro amigo e o sul-africano que fazia escutas telefónicas.....	210
10. O fundador do SIS, os encontros com a CIA e o alvo Pedro Santana Lopes	218
Epílogo.....	225
Notas.....	231
Anexos.....	277
I – Glossário	279
II – Sabia que... ..	283
III – Quem são os serviços secretos	287
IV – Documentos	295
Bibliografia.....	335
Índice Onomástico.....	349

PRÓLOGO

A moeda tem sempre duas faces e nem sempre o que parece é. São frases feitas, evitáveis quando se faz jornalismo, eu sei. No entanto, acho que este jogo gasto de palavras tem aqui algum sentido. Afinal, trata-se de um livro sobre operações confidenciais, espões e os serviços secretos. Há mais de 10 anos deparei-me com o tema de uma forma bastante peculiar porque para mim, como porventura para a maior parte dos leitores, os agentes secretos sempre couberam num imaginário de histórias recheadas de ação cujo objetivo seria proteger a segurança do Estado. Aprendi que nem sempre é assim.

É tempo de voltar atrás para explicar isto um pouco melhor. Em pouco mais de dois anos, entre maio de 2003 e abril de 2005, a Polícia Judiciária Militar (PJM) carimbou cinco processos com a suspeita de ocorrência de crimes de espionagem. O tema parecia interessante, sobretudo para um jornalista. As melindrosas investigações constavam nas estatísticas oficiais daquela polícia e era aos militares colocados na Repartição Central de Investigação que cabia descobrir os dissimulados autores destes supostos e complexos crimes que apareciam misturados com centenas de bagatelas criminais comunicadas todos os anos à PJM.

A perigosa caça aos espões que se anunciava nos quadros estatísticos daquela polícia, marcados com o selo de «confidencial» nas páginas dos relatórios anuais, surgia intercalada com múltiplas referências a processos em que se buscava o paradeiro de algumas armas que tinham insistido em mudar de mãos – por exemplo, os relatórios referiam o desaparecimento de quatro velhas metralhadoras M6 e uma G3, bem como os casos de uma pistola que alguém tinha decidido levar da Escola Prática de Cavalaria e um revólver que deixara subitamente o Hospital Militar Principal, em Lisboa.

Na realidade, a maior parte dos casos registados eram ainda mais simples, puras bagatelas criminais em que prevaleciam quase sempre os pequenos furtos. Ora era a bicicleta que desaparecera no navio *Sagres*, ora a motorizada que se fizera ao largo do *Sacadura Cabral*. As situações concretas deste tipo de criminalidade ultrapassavam qualquer limite à imaginação, pois havia registos de comunicações de que uns botins tinham levantado voo da Base Aérea 6 e que um golpe de mágica fizera evaporar duas batas, um casaco e luvas que estavam fechados num armário da unidade de apoio às instalações centrais da Marinha, no Terreiro do Paço.

A procissão da pequena delinquência criminal militar parecia não ter fim quando se lia o desfilar de anotações de paradeiro incerto sobre canecas e camisolas, óculos escuros e DVD, cartões telefónicos e os inevitáveis telemóveis.

As «ocorrências» – como gostam de vincar em tom grave os profissionais das investigações policiais – assentavam praça nas indústrias de fardamento nacionais onde alguém tratara de surripiar um colete à prova de bala, tinham dado um salto ao Regimento de Infantaria 1 para anotar as circunstâncias da movimentação de um autorrádio para destino incerto e já haviam recolhido os depoimentos de quem testemunhara o sumiço de uma agenda eletrónica e de um perfume de 60 euros no Estado-Maior-General das Forças Armadas.

Havia ainda o registo de um furto ocorrido no Ministério da Defesa Nacional, um crime que felizmente não chegara às páginas dos jornais. Se isso tivesse acontecido, dificilmente escaparia a ser titulado como o estranho caso da caneta desaparecida do Gabinete de Comunicação e Relações Públicas.

Na insistente confidencialidade dos relatórios anuais da PJM constava até um cantinho onde os polícias militares anotavam para a posterioridade os sucessos de algumas intrépidas investigações. Ali estavam, por exemplo, os retratos a cores de canecas, emblemas e duas facas recuperados após apuradas diligências no terreno. Mas estes registos surgiam em crescendo: começavam no processo de falsificação de documentos ocorridos na embaixada portuguesa em Maputo, Moçambique, seguiam para a investigação de um alegado caso de peculato que envolvia o adido de defesa português em Berlim, na Alemanha, e chegavam aos tais inquéritos que supostamente metiam espíões e eram instruídos sobretudo pelo juiz Carlos Alexandre, o magistrado judicial que poucos anos depois se tornaria conhecido dos portugueses devido a processos mediáticos como o caso BES-Ricardo Salgado e as prisões do ex-líder parlamentar do PSD Duarte Lima e do ex-primeiro-ministro socialista José Sócrates.

Foi precisamente em 2003 e 2004 que fui convocado por *fax* para ir várias vezes às instalações da Judiciária Militar, localizadas em Belém num *bunker* ligado por uma passagem subterrânea ao edifício do Ministério da Defesa Nacional e ao Estado-Maior-General das Forças Armadas. Ali, num dos apertados gabinetes dos investigadores da PJM, acabei por ser constituído arguido e suspeito da prática de um crime de espionagem militar. Meses depois, a situação repetiu-se em outro processo.¹

Os inquéritos passaram logo a integrar a estatística oficial, a mesma que constava nos relatórios de atividades anuais daquela polícia dependente hierarquicamente do ministro da Defesa Nacional. Neste tipo de crimes, os perigosos traidores, mesmo que se refugiassem na justificação da «ausência de intenção» prevista no então Código de Justiça Militar (CJM), tinham de lidar com a possibilidade de serem condenados em tribunal a penas de entre dois a quatro anos de prisão.

Evidentemente que eu não era suspeito de vender ou trocar qualquer segredo militar com potências estrangeiras, nem ninguém julgava que me tivesse infiltrado em instalações secretas ou participado em outros cenários mais ou menos cinematográficos do submundo da espionagem internacional. Isso era um completo disparate até para quem tinha mandado abrir os processos: o diretor da PJM, major-general Governo Maia, e o juiz Carlos Alexandre.

Para mim, o objetivo foi evidente: intimidação. Simplesmente alguém terá achado que desta forma poderia travar a publicação dos trabalhos que estava a publicar nos jornais *Euronotícias* e *O Independente* sobre as brigas internas na PJM e as investigações em curso que teimavam em não avançar e que poderiam atingir altas patentes militares.² A pressão não resultou e os insólitos processos por espionagem acabaram naturalmente arquivados pela Justiça.³

Em Portugal, as interpretações das leis que preservam os segredos estatais têm sido usadas como instrumento para lidar com a curiosidade e as investigações incómodas dos jornalistas. No meu caso, o argumento legal dos processos por suspeitas de espionagem assentava num ponto básico previsto no então CJM: as notícias publicadas estavam suportadas em documentos que alguém classificara com o selo de «confidencial» ou de «reservado».

Uma classificação que constava também nos próprios relatórios anuais da atividade da PJM. Aliás, fora até a notícia do conteúdo de um deles – sugestivamente intitulada «A Judiciária dos amadores» devido à prevalência das tais bagatelas criminais – que os investigadores militares usaram depois para tentar fundamentar parte da alegada ilicitude dos meus crimes de espionagem.

Nas diversas vezes que fui interrogado pelos militares da PJM sobre estes casos, repeti o discurso sucinto que está transcrito no auto de diligências que assinei a 16 de outubro de 2003:⁴

- «apesar de já lhe ter sido dado conhecimento de que a publicação de documentos com marcas confidenciais é crime militar, não se inibe de os publicar em virtude de considerar que o dever de informar está acima de qualquer confidencialidade»;
- «não revela as fontes que lhe cederam as informações devido ao segredo/sigilo profissional»;
- «costuma receber muitos documentos enviados à sua pessoa por anónimos»;
- «não tem mais nada a declarar».

Encerrada a questão militar da espionagem, pouco tempo depois, no verão de 2006, percebi que teria de lidar com mais um processo do mesmo género, porque o diretor do Serviço de Informações de Segurança (SIS), Antero Luís, resolveu queixar-se ao Ministério Público (MP) alegando que eu estaria a violar segredos de Estado através de sucessivas notícias que relatavam episódios mais ou menos rocambolescos ocorridos nos serviços secretos portugueses. Após meses de investigação, também esta queixa estapafúrdia acabou arquivada na 9.^a secção do Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Lisboa.⁵ Não era sequer admissível que outro destino lhe coubesse.

Os argumentos jurídicos avocados nos três processos foram naturalmente diferentes, mas o que estava realmente em causa nestes casos não eram as interpretações de leis militares ou civis, mas sim perceber até onde ia a muralha da cultura do segredo que na prática obstaculiza a informação e impede o escrutínio público. Isto é ainda mais relevante quando estão em causa as forças armadas e os serviços de informações, duas instituições que funcionam em circuito fechado, pairando numa espécie de limbo informativo em que quase nada se pode saber, mesmo quando os sucessivos governos, partidos políticos ou outras entidades do Estado garantem que, conforme os diversos interesses, tudo está bem ou tudo vai mal nestas instituições.

É evidente que, mesmo tratando-se de um tipo de entidades ou órgãos onde a reserva deve ser norma, tem de se questionar até onde deve ir o segredo. Em Portugal, tem chegado ao limite do inconcebível.

O que se esperaria afinal de um país em que um antigo diretor do SIS e depois ministro da Administração Interna, Rui Pereira, classificou como segredo de Estado uma inspeção oficial feita às polícias e aos

métodos que eram usados em perseguições mortais de suspeitos? Ou de um país que teve durante largos anos inativas a comissão parlamentar de fiscalização dos serviços secretos e a entidade que deveria decidir os recursos sobre a opaca classificação de documentos, a Entidade Fiscalizadora do Segredo de Estado (EFSE)?

Há ainda outras perguntas que se impõem quando em causa estão espões e serviços secretos que não têm sequer o poder, a influência e a operacionalidade reconhecidos em países como os EUA, o Reino Unido, a França ou o Brasil. Paradoxalmente, nestas nações, os serviços secretos são sujeitos a um maior escrutínio público e até alguns dos seus sucessos e fracassos constam em relatórios feitos por comissões especializadas que depois os tornam públicos após a supressão de certos detalhes que ponham em causa a identidade e a segurança, por exemplo, de agentes no terreno e das suas fontes.

Nestes países também há relatórios internos das secretas que são desclassificados periodicamente, quer isso seja feito de forma voluntária ou sob pressão da opinião pública. Os serviços secretos britânicos têm até um profissional independente que trata da história interna do MI5 e do MI6. Por cá, 30 anos depois da criação do SIS, alguém conhece algum relatório ou documento interno desta secreta que tenha sido desclassificado ou aberto à consulta de investigadores e historiadores?

Nos EUA, os serviços secretos também fazem com alguma regularidade a validação de determinada documentação a ser usada em investigações de jornalistas, universitários e de antigos agentes ou ex-dirigentes que querem publicar, por exemplo, livros de memórias. Em casos especiais, são até concedidas autorizações para o uso de fotografias internas, colaborações em filmes e documentários, reconstituições históricas e filmagens em locais onde estiveram (estão) instalados os serviços secretos norte-americanos.

E em Portugal?

A avaliar pelos critérios do antigo diretor do SIS Antero Luís, um juiz desembargador que liderou entre 1996/2001 o sindicato dos magistrados judiciais, até as notícias centradas na descrição da secreta civil, das suas divisões internas por setores e as brigas entre os seus dirigentes devem ser investigadas por violação de segredo de Estado já que «colocam em perigo os interesses do Estado português em matéria de segurança interna». Foi isto que o dirigente do SIS escreveu na participação-crime que me visou e deu entrada a 11 de julho de 2006 no gabinete da procuradora Maria José Morgado, a coordenadora do Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Lisboa.⁶

«O jornalista António Vilela e a sua ou suas fontes, cuja identidade se desconhece, atuaram deliberada, livre e conscientemente revelando matérias sujeitas a segredo de Estado, facto que bem conheciam e fizeram-no com intenção (...)\», garantiu Antero Luís, alertando que tivera de proceder a «alterações internas de modo a preservar o segredo da sua organização». No entanto, na carta de três páginas enviada ao MP, o chefe do SIS não revelava quais as informações exatas publicadas nos vários artigos da revista *Sábado* que atentavam contra a segurança nacional e o que é que tivera de fazer para proteger a vida dos espões.

Sete dias depois, quando na manhã de 18 de julho foi ouvido no DIAP de Lisboa pelo procurador José Eduardo Guerra, Antero Luís acrescentou muito pouco ao que já tinha dito por carta, optando por se centrar na questão da revelação das identidades dos dirigentes e da organização interna do SIS, especificando que a revista tinha violado segredos a «um nível» tal que não podia ser do conhecimento público, uma vez que, segundo garantiu, «quer a nomeação de dirigentes e funcionários, quer a estrutura dos serviços» eram até objeto de «despachos classificados e não publicados».

Mais adiante, acrescentou: por causa das notícias da revista os espões tinham ficado «vulneráveis a possíveis ameaças e retaliações» e isso afetava a génese do serviço secreto porque «quase toda a atividade do SIS» assentava no «trabalho desenvolvido» pelos técnicos e oficiais de informações.⁷

Quase seis meses depois, a 12 de janeiro de 2007, fui constituído arguido no processo pela procuradora Teresa Almeida, que coordenava a 9.^a secção do DIAP de Lisboa, um departamento do MP especializado em casos de corrupção e outra criminalidade económica complexa. Na altura, recusei prestar declarações e solicitei 20 dias ao MP para poder reunir e juntar ao processo elementos que contrariassem a tese do diretor do SIS, sobretudo a questão relacionada com a identidade dos dirigentes – sim, dos dirigentes e não dos espões colocados no terreno – e o perigo a que tinham ficado sujeitos devido aos artigos jornalísticos.

Na tarde de 14 de fevereiro voltei às instalações do DIAP de Lisboa e levei um conjunto de currículos pessoais públicos de (ex) espões, bem como registos oficiais do Estado português e artigos publicados por ex (agentes) em que não parecia haver qualquer receio em revelar as relações com os serviços secretos em revistas da especialidade, na Internet e em outras notícias da comunicação social. Até o próprio Ministério Público publicava há anos em *Diário da República* que um dos seus procuradores estava requisitado (ou em licença sem vencimento) e colocado no SIEDM/SIED.

Na altura, decidi responder também a várias perguntas da procuradora Teresa Almeida que ficaram registadas no auto de interrogatório judicial do processo. A argumentação foi simples:⁸

- «Em nenhuma ocasião se pretendeu ou sequer se admite que estas pessoas possam ter sido colocadas em perigo, devido à divulgação pública dos seus nomes nos artigos subscritos pelo declarante. Na verdade, muitos deles chegam a identificar-se claramente no meio profissional e académico e até em artigos que escrevem em revistas da especialidade. Outros também se identificam quando apresentam currículos que estão disponíveis na Internet (...)»;
- «De resto, estes mesmos nomes já foram divulgados por diversas vezes em outros órgãos de informação, quer isto se tenha passado em tempos mais recentes, quer mesmo, em alguns casos, há mais de uma dezena de anos»;
- «Alguns dos nomes divulgados (...) já tinham surgido em outros artigos assinados pelo declarante na revista *Sábado* quando surgiu uma polémica no interior do SIS devido à participação destes chefes de departamento num curso de pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa cujos coordenadores eram precisamente Jorge Bacelar Gouveia, presidente da Comissão Parlamentar de Fiscalização dos Serviços de Informações, e Rui Pereira, ex-diretor do SIS».

Mais adiante, acrescentei outras justificações para desmontar o mito do secretismo que Antero Luís julgava essencial para preservar a vida dos espões e do próprio SIS:

- «(...) nos serviços de informações congéneres a nível da Europa e EUA é vulgar que os chefes de departamento dos serviços secretos surjam publicamente, por exemplo, em conferências de imprensa, em cursos ou debates realizados no meio académico e fora dele identificando as suas funções, que se reafirma serem meramente administrativas e de chefia. Tal acontece porque as pessoas em causa não integram a componente operacional que exige secretismo, mesmo sobre a identidade, para salvaguarda dos serviços e da sua segurança pessoal. Aliás, pensa que a medida prevista na lei agora em vigor da emissão de B.I. com identidade falsa se destina exclusivamente aos operacionais, não sendo de prever que os dirigentes dela venham a beneficiar»;
- «Esclarece que quando um responsável do SIED é colocado num estado estrangeiro “amigo”, há um processo prévio de comunicação,

autorização e credenciação junto das instâncias competentes do país de destino. A identidade desse elemento é conhecida mesmo das autoridades estrangeiras, mas já não é assim para os indivíduos que vierem a constituir a rede por ele formada.»

Finalmente, referi no processo até um encontro que tinha tido com um dos altos quadros do SIS cujo nome também tinha citado nos artigos, o espião Gil Vicente, que dirigia há largos anos o departamento considerado mais operacional do SIS, o setor das vigilâncias (DO4):

- «Uma outra situação onde se denota esta ausência de segredo passou-se aquando da realização de um dos artigos em causa (não só os que estão no processo), quando fui abordado por um chefe de departamento do SIS que se disse mandatado pelo diretor do SIS, juiz Antero Luís, para prestar esclarecimentos em nome da Direção do SIS. E que nunca fez segredo sobre as suas funções no SIS.»

Esta questão do segredo da identidade dos diretores das secretas é de tal forma incongruente em Portugal que até o próprio espião Gil Vicente assumiria também publicamente, em 2014, a sua ligação ao SIS, quando integrou o grupo de docentes convidado a lecionar no ISCSP-UL a 1.^a edição da «Direção e gestão de segurança», uma pós-graduação dirigida pelo ex-diretor do SIS, Rui Pereira.

No *site* da faculdade, quando foram anunciados os respetivos docentes e o programa da pós-graduação, Gil Vicente surgiu identificado como «dirigente do Serviço de Informações de Segurança».⁹ A faculdade chegou a anunciar que em breve estaria até disponível na Internet a foto do espião, mas isso não aconteceu porventura porque a pós-graduação também não abriu nesse ano por falta de candidatos.

O episódio contrastou com o que se passou no início do ano seguinte quando o mesmo Gil Vicente tomou posse como diretor-adjunto do SIS numa cerimónia realizada no Forte da Ameixoeira que não foi sequer anunciada publicamente pelo Governo ou pelo secretário-geral do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP), Júlio Pereira, também ele professor convidado na Universidade Nova juntamente com Helena Rego, a ex-mulher de Gil Vicente que dirigira o setor do terrorismo do SIS e que foi depois escolhida para mandar no departamento comum que recrutava e formava espiões do SIS e do SIED.

A divulgação da identidade desta espia era precisamente um dos dados que Antero Luís dizia colocar em perigo os dirigentes dos serviços secretos, ainda que a própria oficial de informações aparecesse há anos

em diversos colóquios e outros eventos públicos identificada como sendo do SIS.

E isso continuou a suceder depois dos artigos que publiquei. Por exemplo, em maio de 2013, Helena Rego foi uma das oradoras convidadas das Conferências do Estoril e o seu discurso de 15m 46s foi filmado e disponibilizado no *site* oficial do evento. No início da intervenção realizada no âmbito do painel «Segurança Humana», a organização das conferências colocou-lhe uma legenda a vermelho que não deixava qualquer dúvida sobre o tipo de funções que desempenhava a convidada: «Dir. do Serviço de Informações da República Portuguesa».¹⁰

Este segredo de polichinelo tem outros exemplos. Na Madeira, a fama do SIS não se esgota nas polémicas vigilâncias feitas, nos anos 90 do século passado, ao então padre Edgar Silva e a magistrados colocados na região autónoma e cujas implicações nunca foram conhecidas de forma exaustiva. Na ilha também há casos em que a identidade dos espões é divulgada publicamente pelas entidades oficiais. A situação mais caricata ocorre sempre que muda o diretor local da secreta (instalada na Madeira a partir de 23 de novembro de 1989),¹¹ pois é habitual o espão encontrar-se com vários titulares de órgãos políticos para se despedir ou apresentar.

Os encontros são anunciados publicamente e o mesmo acontece aquando dos tradicionais cumprimentos de Natal. Como sucedeu na tarde de 19 de dezembro de 2013, quando as boas festas ficaram a cargo do diretor do SIS Madeira, José Gouveia Almeida, que se deslocou ao Palácio de São Lourenço para uma audiência com o representante da República, juiz conselheiro Irineu Cabral Barreto.¹²

Quase um ano depois, em outubro de 2014, o espão voltou ao palácio para se despedir porque a comissão de serviço de quase quatro anos tinha chegado ao fim.¹³ No mês seguinte, o novo diretor do SIS Madeira, António Luís Silva, andou também entretido nos cumprimentos públicos da praxe. No gabinete de Miguel Mendonça, o presidente da Assembleia Legislativa da Madeira, foi até fotografado e o momento ficou registado no *site* oficial do Parlamento madeirense. O espão posou e sorriu para a objetiva da câmara.¹⁴

Parece que a discrição dos espões portugueses só é um segredo de Estado quando interessa aos próprios ou aos serviços secretos. Por exemplo, a questão da reserva já deixou de se colocar durante jantares organizados pela revista *Segurança e Defesa*, que é propriedade de uma editora que gosta de convidar espões (e não só) para escreverem artigos e integrarem os órgãos científicos da publicação especializada. Num destes eventos à mesa, o secretário-geral do SIRP, Júlio Pereira, foi até

convidado a discursar para algumas dezenas de convidados. Nas fotos do evento, publicadas depois na revista, via-se a plateia espalhada por várias mesas onde uma mão-cheia de espões se deixou fotografar à espera do jantar.

Há ainda outros casos de divulgação da identidade dos agentes, como os anúncios oficiais do fim dos vínculos de mais de seis anos dos espões aos serviços secretos portugueses. Basta estar atento à 2.^a Série do *Diário da República* para perceber quem são os ex-espões que acordaram com o secretário-geral do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP) a respetiva exoneração do SIS, do SIED ou dos departamentos comuns do próprio SIRP. Os nomes e categorias profissionais são legalmente publicados em despachos conjuntos, assinados pelo primeiro-ministro e o/a titular da pasta das Finanças, que criam os novos postos de trabalho dos ex-espões na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.¹⁵

O ambiente de secretismo dos serviços de informações portuguesas é uma espécie de realidade paralela composta por estes episódios rocambolescos e por muitas outras situações porventura bem mais relevantes, pois a quase total ausência de dados oficiais públicos administrativos e operacionais não significa que no SIS, no SIED/SIEDM (ou no extinto serviço de informações DINFO) nunca tenham ocorrido operações ilegais, duvidosas ou que redundaram em enormes sucessos ou fracassos que a generalidade da população deveria poder conhecer, nem que fosse em termos gerais, para perceber as implicações desses casos.

Aliás, esta ausência de informações oficiais não significa sequer que não ocorram nas secretas um sem-número de brigas, lutas pelo poder e outros episódios internos, até pitorescos, com manifesto interesse público, ao contrário do que parecem fazer querer os sucessivos e genéricos relatórios da comissão de fiscalização dos serviços secretos nomeada pelo Parlamento em que o PS e PSD escolhem desde sempre os três representantes.

Na realidade, têm sido os próprios serviços e os seus titulares que teimam em alimentar a ideia de que tudo deve ser secreto no SIRP, SIS e SIED quando legalmente a informação dos serviços tem diferentes graus de classificação (de confidencial a muito secreto). A questão que se coloca é: afinal a quem serve todo este inusitado secretismo?

Não é difícil responder a esta questão se concordarmos que a ausência de informação pública é, por regra, má conselheira quando se trata de fundamentar conhecimentos e fiscalizar e aperfeiçoar o funcionamento de instituições do Estado. E, sim, isto também se deve aplicar aos serviços secretos de um país democrático, sobretudo quando a

generalidade da população portuguesa é confrontada com questões como:

- quantas auditorias e fiscalizações aos serviços de informações foram feitas, ou tornadas públicas, desde que foi criado o SIS nos anos 80 do século passado?;
- quantos relatórios do Parlamento, que visaram casos relacionados com os serviços secretos, alguns até bastante mediatizados, foram divulgados ou passaram a constar nos registos oficiais do Diário da Assembleia da República?;
- porque é que sempre que o secretário-geral do SIRP é chamado ao Parlamento para dar explicações sobre casos controversos, os encontros com os deputados são à porta fechada e não são sequer divulgadas conclusões que permitam à generalidade da população perceber sequer o que é que efetivamente se passou?;
- quantos livros sobre os serviços de informações portugueses (de memórias, por exemplo) foram escritos por ex-responsáveis nacionais das secretas que não sejam apenas a estafada e repetitiva deambulação histórica sobre a evolução do organigrama e modelo das secretas e as discussões legais sobre os grandes desígnios centradas na permissão, ou não, de os espões acederem a escutas telefónicas?;
- quantas conferências de imprensa foram feitas ou quantas respostas foram realmente dadas a perguntas de jornalistas pelos (ex) dirigentes dos serviços secretos portugueses?

As respostas são evidentes pois, em Portugal, tudo o que diga respeito aos serviços de informações se resume à opacidade e a um enorme segredo oficial que serve apenas a alguns poucos privilegiados que se movimentam nos meandros dos serviços secretos, muitas vezes alimentando intrigas e atuando através de pressões e de peões estrategicamente escolhidos ou colocados no SIS e no SIED. É sobretudo a estes que pode interessar a ausência de memória coletiva histórica e a avaliação pública dos serviços de informações e do trabalho dos seus espões.

A divulgação das pequenas e grandes histórias dos serviços secretos é, portanto, puro serviço público.

CAPÍTULO I

OS SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES

1 – As regras: o conde francês, a colega bisbilhoteira da loja da Baixa e o espião com bom senso

Alexandre de Marenches foi um aristocrata francês que se tornou militar e lutou contra os alemães durante a Segunda Guerra Mundial. Na altura, chegou a escapar à prisão pela Gestapo atravessando a pé os Pirenéus para se juntar à resistência francesa. Acabou a guerra a combater em Itália depois de se juntar às tropas norte-americanas que tomaram Roma. Com o fim do conflito bélico, o oficial do Exército passou à reserva com o posto de coronel e entrou definitivamente nos negócios que a família mantinha na indústria. Mas manteve-se sempre próximo do poder político e extremamente crítico dos ideais comunistas.

Em 1969, com a chegada à Presidência de França do antigo primeiro-ministro Georges Pompidou – após a demissão de Charles de Gaulle, o mais emblemático político francês do pós-guerra com quem Marenches se incompatibilizara –, o novo presidente decidiu proceder a alterações profundas nos serviços secretos, sobretudo ao nível da contraespionagem externa. O homem escolhido para essa tarefa foi precisamente Alexandre de Marenches, que acabou por mandar durante mais de uma década, entre novembro de 1970 e junho de 1981, no poderoso Service de Documentation Extérieure et de Contre-Espionnage (SDECE), que deu origem no ano seguinte à Direction Générale de la Sécurité Extérieure (DGSE).

O conde de Marenches – como era conhecido o aristocrata – tornou-se célebre no mundo da espionagem e também fora dele, sobretudo depois dos dois livros que escreveu já na reforma e em parceria com jornalistas. Nos anos 80, ainda chegou a ser conselheiro especial do presidente norte-americano Ronald Reagan e foi a uma longa citação

do antigo espião francês que o SIS recorreu para abrir, em 1988, o primeiro manual destinado à formação de espiões portugueses.

«As informações são uma espécie de *puzzle* permanente, multiforme e policromo, que se faz e desfaz sem cessar, um pouco como os projetores coloridos que rodam nas discotecas dos jovens. As informações consistem em procurar continuamente, e por todo o lado, um certo número de pedaços que outras pessoas no interior do mesmo serviço tentam ajustar para formar o *puzzle*. A grande dificuldade é que, à medida que se consegue tapar os vazios com novas peças, o *puzzle* muda instantaneamente. Evolui sem parar.»¹

Recém-criado e envolto em forte polémica devido à cerrada oposição dos partidos políticos de esquerda, que viam nos serviços de informações um regresso ao tempo da polícia política PIDE/DGS, o SIS viveu os primeiros anos com grandes dificuldades, pois faltava-lhe quase tudo: apoio político, meios, experiência no terreno e formação. Mais de 25 anos depois, quando se lê o primeiro manual usado para ensinar os espiões do SIS, dificilmente se deixa de reparar em vários exemplos muito terra-a-terra que foram usados para ilustrar o que realmente se queria do novo serviço de informações e dos seus espiões.

Uma das principais qualidades exigidas era a de que um bom agente devia «saber calar-se» no momento certo, mas também deter o «domínio da oralidade». No manual do SIS estavam registados outros atributos dos espiões, quase todos relacionados com o bom senso, a discrição e a capacidade de trabalho. Eis alguns exemplos concretos do que se pedia a um bom agente:²

- motivação para a realização de uma tarefa difícil;
- inteligência para assimilar rapidamente um grande número de factos;
- flexibilidade de espírito para se adaptar às novas situações;
- imaginação e curiosidade temperadas com bom senso;
- honestidade intelectual para captar e transmitir factos como são e não como o espião ou os seus chefes desejariam que fossem;
- capacidade de trabalho em grupo e sem horários;
- lealdade para com o seu país e o seu serviço;
- estabilidade emocional para fazer bons julgamentos;
- capacidade de separar a realidade da ficção.

Os exemplos e as explicações usados pelo SIS eram simples, quase maniqueístas, mesmo quando o objetivo passava por mostrar aos espiões a diferença entre o que era uma «notícia», um facto isolado, e

as verdadeiras informações que resultavam da integração de vários acontecimentos. Para ilustrar esta diferença fundamental, o manual recorria a uma história ficcionada com três personagens principais que integravam um grupo mais alargado de funcionários da Loja da Moda, situada na movimentada Baixa de Lisboa. Tratava-se de a «D. Ana», o «Sr. Lopes» e uma «colega bisbilhoteira».³

O enredo começava no momento em que a funcionária desconfiada decidira anotar os locais onde cada um dos dois colegas lhe dizia que passava os fins de semana. Durante quatro meses a mulher registou as informações que lhe eram dadas de forma individual, e em incautas conversas, por cada um dos dois colegas. Para cada um dos alvos fez também corresponder um quadro com cada um dos 17 fins de semana onde escreveu de forma metódica os destinos – Sesimbra, Lisboa, Troia, Malveira, Ericeira...

O primeiro passo da espia de ocasião estava dado. «Tanto num caso como no outro, a senhora bisbilhoteira obteve e registou notícias (neste caso, verdadeiras)», frisava o manual do SIS, notando que ainda era muito cedo para tirar conclusões: «Essas notícias não permitem concluir nada entre um possível relacionamento dos dois empregados na Loja da Moda.»⁴

Pois não, mas o caminho era mesmo este para encontrar as conexões. Quando integrados e cruzadas as informações registadas da D. Ana e do Sr. Lopes num só quadro, a colega bisbilhoteira passaria a ter dados realmente interessantes: 14 das 17 saídas de fim de semana dos colegas tinham tido um destino comum. Para confirmar o maldizer alheio já bastaria, mas isso não chega no mundo da espionagem, conforme especificavam as recomendações do SIS: «Claro que não pode afirmar, por enquanto, que haja uma relação amorosa entre ambos. Para o fazer conscientemente teria de continuar a pesquisa.»⁵

Depois deste pequeno capítulo sobre «Informações e Notícias», que ia buscar inspiração às escapadinhas amorosas de empregados de balcão, o manual do SIS ensinava os espões a focalizar de imediato a atenção em problemas mundiais então relativamente recentes como a longa e devastadora guerra entre o Iraque e o Irão, a invasão falhada do Afeganistão pelas tropas soviéticas e a crise petrolífera que se seguira ao ataque militar do Egipto e da Síria a Israel.

Para a secreta portuguesa, algumas das nefastas consequências destes casos eram simplesmente explicáveis por falhas na recolha e tratamento de informações sobre o adversário e as ameaças reais, conforme concretizava o novo capítulo do manual chamado «Informações prospetivas: previsão de possibilidade».⁶

Num ápice, os agentes passavam a saber que as regras da espionagem tanto se aplicavam na Baixa de Lisboa como no palco internacional da intriga política.

2 – O recrutamento: os abonadores, o bar de *strip* e a candidata com ligações às FP-25 de Abril

Num gesto inédito de relações públicas, o Security Service MI5 e o Secret Intelligence Service MI6 (a secreta que atua fora do Reino Unido e que ainda hoje é conhecida como Military Intelligence, Section 6) autorizaram, em novembro de 2007, dois dos seus agentes a falarem com jornalistas da BBC sobre o dia a dia de um espião anónimo. Estranhamente, os agentes desmistificaram o *glamour* das respetivas atividades e garantiram que poucas eram as semelhanças entre os verdadeiros espiões e o intrépido e cinematográfico agente 007 – James Bond. «É o maior mito no nosso serviço. Não funciona assim. Não temos licença para matar, nem pistolas *Beretta*»,⁷ ironizou até um dos espiões durante a entrevista televisiva ao canal público britânico.

Também em Portugal tem sido assim. Não há memória pública de tiroteios cerrados, perseguições desenfreadas de automóveis, corridas pelos telhados ao estilo Jason Bourne ou sequer a notícia de mortos ou feridos graves, mas apenas de algumas mazelas físicas por causa de brigas, como já aconteceu com o espião T.R., perito em abordagens sexuais malsucedidas em discotecas.

E nem as *Beretta* são as armas fornecidas a uma pequena parte dos espiões lusos, que usam pistolas como a austríaca *Glock G19*, de 9 mm, a semiautomática suíça *SIGpro*, ou a norte-americana *HK USP Compact*, sendo esta última arma muito comum entre os agentes ou militares da GNR, PSP ou da Guarda Prisional que fazem a segurança às instalações das sedes do Serviço de Informações de Segurança (SIS) e do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED).⁸

Claro que os espiões portugueses podem almoçar pacatamente na Sociedade de Geografia ou nos restaurantes Solar dos Presuntos e Montes Claros, em Lisboa. Podem igualmente frequentar as festas diplomáticas nas embaixadas portuguesas, sobretudo quando desempenham a função de antenas em países como Angola, Moçambique ou Brasil e também vão amiúde aos bares dos hotéis Ritz, Altis e Tivoli com as comitivas estrangeiras de espiões que visitam Portugal. Alguns dão aulas no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas-Universidade de

Lisboa (ISCSP-UL), na Universidade Lusíada e na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

Pois, mas isto é para poucos. A maioria dos espões leva vidas bem mais corriqueiras. Durante as horas em que não estão enfiados numa secretária a ler jornais e a coligirem informação da *net* (analistas), alguns dos agentes que entraram há mais anos nos serviços de informações tentam acabar cursos superiores como os de Relações Internacionais ou vão fazendo mestrados nas áreas da Ciência Política e da Estratégia. Há ainda quem se esforce por construir redes de informadores através de encontros informais com polícias ou acompanhando formalmente operações da PSP, GNR, Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) ou do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), onde os espões colaboram como observadores no terreno.

Entre os espões, há ainda um grupo pequeno de operacionais encarregados de seguirem, fotografarem e filmarem alvos. São as vigilâncias. Durante mais de 15 anos, estes espões do SIS tiveram a sede operacional numa discreta moradia situada nos Olivais, em Lisboa. Era o n.º 55 da Rua Cidade da Beira, a pouco mais de 10 metros do já desaparecido bar de *striptease* O Avião, uma emblemática casa noturna que numa madrugada de 2007 entrou nas estatísticas da criminalidade nacional devido a um atentado à bomba que matou o seu proprietário. Nessa noite, a proximidade física dos espões não funcionou como dissuasor do ataque e os agentes das vigilâncias do SIS só souberam do caso depois da PSP, PJ e das transmissões em direto dos canais de televisão.

A ação de relações públicas da espionagem inglesa não foi ingénua, pois o MI5 e o MI6 assumiram desde logo que estavam empenhados, por motivos operacionais, em recrutar espões de diferentes etnias, sobretudo para enfrentar a criminalidade organizada e o terrorismo. Nessa altura, em Portugal, contavam-se pelos dedos das mãos os espões negros, de origem asiática ou árabe. Uma situação que se mantinha inalterada entre os candidatos a espões que tinham iniciado, em dezembro de 2007, o mais recente curso de formação.

Na página oficial do SIS na Internet⁹ constava então uma ficha de inscrição que dava já uma ideia do que era pedido pelos serviços de informações, a começar pela exigência de disponibilidade imediata para trabalhar em todo o país. O recrutamento visava prioritariamente informáticos, seguranças, administrativos e operacionais. Estes últimos eram os verdadeiros candidatos a espões e tinham de se sujeitar a provas de seleção que se prolongavam por vários meses. As ordens mandavam analisar à lupa todos os currículos, com atenção redobrada às cartas de recomendação e aos resultados de testes psicotécnicos, que podiam

incluir análises à inteligência (QI), personalidade, memória, visão e audição.

Antes de entrarem nos serviços secretos portugueses, não eram feitas avaliações de destreza física (no curso de técnicos de informações adjuntos, sim, porque depois os candidatos a espões também tinham aulas de educação física), mas apenas testes médicos, que incluíam meia dúzia de análises sanguíneas e à urina que, ainda que ninguém o dissesse explicitamente, identificavam consumos de drogas ou de álcool que constituíam motivo de exclusão imediata do candidato.

Havia também testes de cultura geral, onde se media o domínio da língua e a cultura. Privilegiavam-se os conhecimentos de história, geografia, política nacional e internacional, economia e geopolítica. E a fluência em línguas, com os serviços a exigirem o tradicional domínio das línguas inglesa e francesa, se bem que se pretendesse cada vez mais candidatos fluentes em russo, mandarim ou árabe.¹⁰

«As entrevistas só se faziam numa fase adiantada do processo de recrutamento. A primeira era realizada por um psicólogo»,¹¹ explica uma fonte do SIS, garantindo que se lembra de ser habitual – pelo menos desde que Rui Pereira dirigiu o SIS entre março de 1997 e dezembro de 2000 – o próprio diretor do SIS avaliar, numa entrevista final, o reduzido grupo de candidatos de onde saíam aqueles que frequentariam os dois tipos de cursos de espões: a formação de técnicos-adjuntos e a de oficiais de informações.

Com tantos cuidados, há no entanto quem se lembre de erros históricos de *casting* nos recrutamentos de espões. A história passou-se nos primeiros tempos do SIS quando os candidatos a espões até já iam com a formação bem adiantada e se preparavam para frequentar mais um novo módulo. Depois de entrar na sala, o instrutor começou a olhar discretamente os formandos, um a um, até estancar a atenção em alguém que lhe era muito familiar. O choque foi imediato: a mulher candidata a espia era afinal a companheira de um elemento conotado com as FP-25 de Abril, uma organização terrorista que atuara em Portugal nos anos 80.

O caso foi considerado no SIS como uma falha de segurança. Apesar de ter sido desmantelada em 1984 pelo Ministério Público e pela Direção Central de Combate ao Terrorismo (DCCB) da Polícia Judiciária (PJ), os antigos membros do grupo terrorista responsável por vários homicídios e numerosos assaltos a bancos foram mantidos sob apertada vigilância do SIS durante mais de uma década. «A mulher foi de imediato dispensada e sem justificação. Nunca se soube exatamente o que é que aconteceu: se teria sido apenas uma coincidência ou algo mais»,¹² recorda um ex-diretor de departamento do SIS.

Várias fontes dos serviços de informações confirmam que, entre as dezenas de candidatos a espões, «têm aparecido muitos jornalistas». No entanto, ainda que ninguém o assuma de forma oficial, a regra instituída tem ditado a eliminação quase automática das candidaturas. Nos serviços secretos portugueses, os jornalistas têm sido normalmente vistos como inimigos, ainda que aquilo que escrevem seja analisado à lupa e possam também ser utilizados em operações no terreno. Por exemplo, a secreta que atua no estrangeiro chegou a usar repórteres em missões de recolha de informações em países africanos, pagando-lhes em numerário ou oferecendo-lhes computadores portáteis.¹³

Os gastos com missões deste tipo são justificadas no SIS e no SIED através de uma espécie de saco azul, as chamadas «despesas classificadas» e «especialmente classificadas», obrigatoriamente lançadas e justificadas em documentos e mapas-súmula disponíveis na *intranet* dos respetivos serviços,¹⁴ mas isentas de fiscalização do Tribunal de Contas.

Um jornalista da RTP, Luís Castro, chegou a ser acusado publicamente por Emídio Rangel, ex-diretor de informação da SIC e da RTP, de colaborar com o SIEDM e o Estado português numa operação de entrega de um telefone-satélite às Falintil, a resistência militar timorense que combateu a ocupação indonésia de Timor-Leste. Luís Castro negou a acusação, processou Rangel e o diferendo judicial foi encerrado em 2004 quando o ex-diretor de informação da SIC e da RTP aceitou pedir desculpas públicas ao jornalista que cobriu vários cenários de guerra, sobretudo em África. «Uma vez tive uma tentativa de aliciamento, mas foi por parte dos angolanos»,¹⁵ salienta Luís Castro sem acrescentar mais pormenores.

Na fase final do recrutamento dos espões, quando resta já um reduzido número de candidatos, os serviços de informações aplicam a todos o *vetting* de segurança. Trata-se de uma investigação profunda sobre a idoneidade do candidato a espão que é feita com base nas informações que o próprio escreve no boletim de candidatura.

Os dados devem incluir as habilitações literárias e os estabelecimentos de ensino que frequentou, a atual morada (e de anteriores residências) e os locais de trabalho e respetivas funções (até dos pais, irmãos, esposa/marido, sogros/as e cunhados/as), além da identificação dos superiores hierárquicos do candidato e das viagens (e os motivos das mesmas) que nos últimos 10 anos fez para fora do país.

Na prática, as informações prestadas são muito semelhantes àquelas que constam na ficha-tipo do Gabinete Nacional de Segurança (GNS), um órgão tutelado pela entidade que em Portugal tem a missão de

proteger e salvaguardar a informação classificada, a Autoridade Nacional de Segurança.¹⁶

É ainda pedido ao candidato a espião que indique vários abonadores, entre quatro a seis pessoas que podem ser contactadas pelos serviços para atestarem a sua idoneidade. Muitas vezes, os serviços secretos não falam sequer com estas pessoas (ou a sua totalidade), mas desenganam-se aqueles que pensam que ao candidato basta um registo criminal limpo. No SIS e no SIED é tradição recorrer informalmente à PJ, PSP e GNR para saber se os nomes dos futuros espiões constam como simples suspeitos nos arquivos ou em fichas policiais.

3 – Os treinos: as vigilâncias no Metro e no Centro Comercial Colombo, a CIA e os nomes de código dos espiões

Foi assim que começou aquela manhã do início do ano 2000. Perante a pequena plateia estupefacta pelo que acabara de ouvir, o instrutor ordenou aos 10 futuros espiões que o seguissem naquele instante. A aula ia continuar no exterior, mais precisamente numa estação do Metropolitano de Lisboa. O então chefe de segurança do SIED, que exerceu depois as funções de antena em Timor antes de abandonar a secreta, tinha tomado a decisão de testar os recrutas sob stress para ver como reagiam se tivessem de andar de metro sem bilhete.

Quem soube da insólita prova recorda-se também dos comentários jocosos que se ouviram durante anos no Forte do Alto do Duque. Afinal, se a discrição é a regra básica a adotar por qualquer espião que se preze, não seria melhor que fosse ensinado aos futuros agentes que devem pagar os respetivos bilhetes para passarem despercebidos na multidão de passageiros de um qualquer transporte público?!

As já históricas excursões ao Metro ordenadas pelo espião P.A. não são certamente o único ou sequer o mais relevante método de formação do SIS e do SIED. Desde o final dos anos 80, os candidatos a espiões fazem um curso intensivo de técnicas de informações. Para os técnicos-adjuntos, a formação dura um total de seis meses, com uma componente teórica, módulos que incluem ações no terreno e um estágio de dois meses nos respetivos departamentos. «Temos uma formação base, mas acabamos por nos especializar na Análise, na Pesquisa ou nas Vigilâncias»,¹⁷ diz um espião salientando que só muito raramente – em casos de desistência ou de «perfeita inadaptação» – é que os candidatos chumbam.

«No início, no SIS, a avaliação não era feita em termos tão formais, como nas universidades, pois os formandos participavam numa espécie